

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRAÇÕES SUBMETIDAS À FISCALIZAÇÃO DA CGU FORAM ESCOLHIDAS POR SORTEIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

União encontra irregularidades em 12 prefeituras capixabas

Nos últimos dois anos, fiscais da CGU constataram 57 exemplos de mau uso de verba federal

FELIPE QUINTINO
fquintino@reddegazeta.com.br

Os fiscais da Controladoria-Geral da União (CGU), órgão da presidência da República, constataram 57 irregularidades na aplicação de verbas federais em 12 prefeituras do Espírito Santo. A fiscalização foi realizada nos últimos dois anos, por meio do Programa de Fiscalização, a partir de sorteios públicos.

Dos 12 municípios analisados no Estado em 2003 e 2004, apenas dois prefeitos foram reeleitos: Edson Henrique Pereira (PL), de Barra de São Francisco, e Guerino Balestrassi (PSB), de Colatina.

Ao total, a CGU fiscalizou o uso de R\$ 62,6 milhões nas prefeituras do Estado. O valor chega a R\$ 3,5 bilhões em todo o Brasil. As prefeituras submetidas à fiscalização da CGU são escolhidas por sorteio da Caixa Econômica Federal. Os sorteios seguem o mesmo sistema das loterias federais e são abertos ao público.

No final do ano passado, os fiscais estiveram em Barra de São Francisco, no noroeste do Estado. Eles analisaram e en-

As irregularidades encontradas nos municípios

Veja as principais irregularidades identificadas pelos auditores e fiscais da Controladoria-Geral da União nas administrações municipais do Estado, na gestão anterior dos prefeitos

1º sorteio No primeiro sorteio não apareceram municípios do Espírito Santo

2º Sorteio Jaguaré

- | | | | | | |
|---|--|--|---|---|--|
| 1 O Laboratório Franco, contratado por R\$ 221,3 mil com recursos do Ministério da Saúde, era de propriedade de uma parente do prefeito e do presidente da Comissão de Licitação. A empresa encontrava-se em situação fiscal irregular | 2 Os monitores do programa de Atendimento à Criança ao Adolescente em Jornada Escolar Ampliada, do Ministério da Previdência Social não estavam sendo treinados | 3 Concentração de 95% dos orlhões no centro da cidade, enquanto não existem aparelhos em outras localidades | 4 Um total R\$ 297 mil, destinados à recuperação de estradas e distribuição de materiais de construção foram aplicados na recuperação da Barragem Jundiá | 5 Um imóvel previsto para a implantação de projeto sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional foi vendido a terceiros, entre outras irregularidades | 6 Utilização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para a realização de rodeio e para ajuda financeira à Associação Jaguaré Esporte Clube |
|---|--|--|---|---|--|

3º Sorteio Muniz Freire

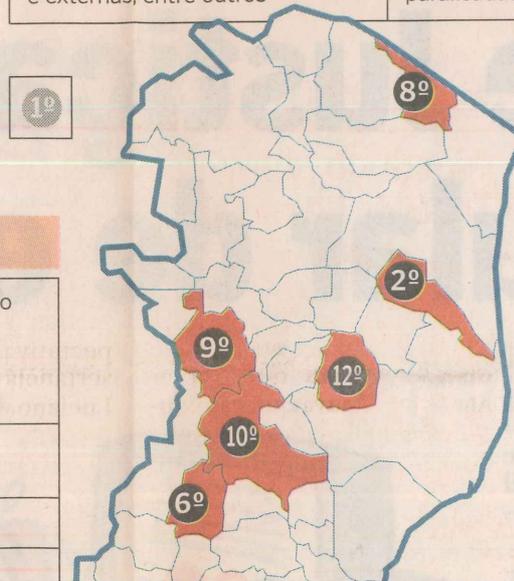
- | | |
|--|---|
| 1 O Ministério da Integração Nacional celebrou convênio de R\$ 168 mil com a prefeitura para recuperar os estragos das enchentes acontecidas no município no final de 2001, mas foram encontradas irregularidades na execução das obras | 2 O contrato entre a Caixa e o Incra prevê a execução de eletrificação rural e a construção*recuperação de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Ouro Verde, mas a divergência entre os valores pagos e os serviços efetivamente realizados geram um saldo a restituir de R\$ 7,6 mil |
|--|---|

4º Sorteio São José do Calçado

- | | | |
|---|---|--|
| 1 Irregularidades na construção de creche para 50 crianças, no distrito de Airituba. A creche, sequer inaugurada, já apresenta problemas de rachaduras internas e externas, entre outros | 2 Obras do Programa Morar Melhor estão paralisadas | 3 Execução de convênios sem licitação para a realização de obras do sistema de esgotamento sanitário do município |
|---|---|--|

5º Sorteio Jerônimo Monteiro

- | |
|--|
| 1 O Ministério do Meio Ambiente repassou ao município R\$ 1,1 milhão para obras de despoluição de bacias hidrográficas e implantação do sistema de esgoto sanitário, mas não houve autorização para a alteração do quantitativo previsto para obras de asfaltamento |
| 2 Irregularidades em licitação para aquisição de equipamentos na área de Saúde |
| 3 Obras na área de construção civil sem licitação |
| 4 Divergências entre no cadastro do |



7º Sorteio Iconha

- | |
|---|
| 1 O filho do prefeito foi contratado pela para execução de obras |
| 2 Estado e município não vêm efetivando a contrapartida do Programa Farmácia Básica |
| 3 Falhas na execução de convênio com recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e |

COMO É O TRABALHO

■ **Criação.** O Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos foi criado em 2003, no início do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A finalidade do programa é investigar a aplicação de verbas federais nos municípios.

■ **Metodologia.** O programa usa mecanismo de sorteio público para escolher os municípios. A Caixa Econômica Federal é responsável por fazer os sorteios.

■ **Fiscalização.** Doze municípios do Espírito Santo já foram fiscalizados desde o início do programa. Outros dois, Mimoso do Sul e Nova Venécia, vão passar por auditoria.

■ **Trabalho.** Em cada município, os auditores examinam contas documentos e fazem inspeção pessoal e física das obras e serviços em realização. Desde o início do programa, 741 municípios já foram investigados. Desse total, 548 prefeituras tiveram problemas de aplicação de verbas federais.

■ **Levantamento.** Os fiscais viajam aos municípios sorteados munidos de um levantamento prévio feito junto aos órgãos federais sobre os recursos re-

de R\$ 62,6 milhões nas prefeituras do Estado. O valor chega a R\$ 3,5 bilhões em todo o Brasil. As prefeituras submetidas à fiscalização da CGU são escolhidas por sorteio da Caixa Econômica Federal. Os sorteios seguem o mesmo sistema das loterias federais e são abertos ao público.

No final do ano passado, os fiscais estiveram em Barra de São Francisco, no noroeste do Estado. Eles analisaram a aplicação de R\$ 6,82 milhões e encontraram a falta de comprovação de despesas de R\$ 39 mil para a área da Saúde, falhas no funcionamento do Conselho Municipal de Saúde e irregularidades em licitações na compra de medicamentos. O prefeito Edson Pereira não conseguiu, por exemplo, comprovar sequer a publicação do edital de abertura da licitação. Também não apresentou à CGU o parecer jurídico sobre a concorrência.

Convênios. Já em São José do Calçado, que constou no quarto sorteio da CGU, houve a constatação de irregularidades na construção de uma creche com capacidade para 50 crianças. Também foram encontrados problemas de execução de convênios sem licitação para a área da Saúde.

Em Jerônimo Monteiro, os auditores encontraram problemas na alteração de contrato de pavimentação. Segundo o relatório, a prefeitura não teve autorização da Caixa Econômica para alteração de quantitativo previsto para a pavimentação. A prefeitura também deixou de realizar licitação construção de bueiros, fossas e mata-burros.

Em Iconha, onde foram fiscalizados R\$ 2,6 milhões, os técnicos constataram que a prefeitura contratou os serviços da empreiteira Gobetti, que tinha como técnico responsável o engenheiro Márcio Mougín - filho do ex-prefeito Dercelino Mongin.

Com o término do trabalho, as equipes de fiscais e auditores encaminharam um relatório aos órgãos responsáveis pela adoção das medidas recomendadas em cada caso, como os Ministérios gestores, Polícia Federal, Ministérios Públicos Federal e dos Estaduais, Tribunal de Contas da União e Câmaras Municipais. Os casos de irregularidades vêm sendo apurados.

5º Sorteio Jerônimo Monteiro

1 O Ministério do Meio Ambiente repassou ao município R\$ 1,1 milhão para obras de despoluição de bacias hidrográficas e implantação do sistema de esgoto sanitário, mas não houve autorização para a alteração do quantitativo previsto para obras de asfaltamento

2 Irregularidades em licitação para aquisição de equipamentos na área de Saúde

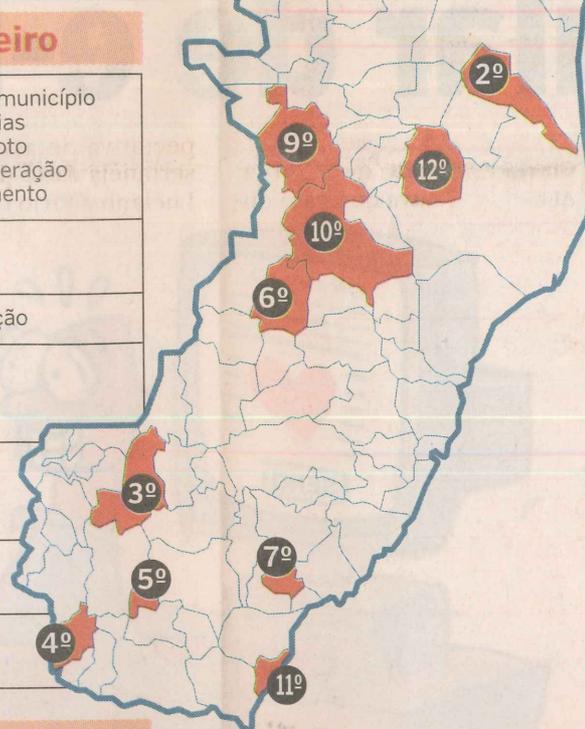
3 Obras na área de construção civil sem licitação

4 Divergências entre no cadastro do Programa Bolsa Escola (Ministério da Educação) fornecido pela Prefeitura

5 O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) não está atuando. O conselho acompanha os recursos federais investidos no município

6 Os Conselhos Municipais não executam atribuições previstas em lei

7 Não existe controle de distribuição de medicamentos



6º Sorteio Itaguaçu

1 Irregularidades em obras de reconstrução de casas populares

2 Impropriedades na utilização de recursos do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), no valor total de aproximadamente R\$ 350 mil

3 Alteração de objeto de convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) sem redução do valor

4 Impropriedades em obras de construção de sistema de esgotamento sanitário.

5 Índícios de superfaturamento em aquisição de unidade móvel de saúde.

10º Sorteio Colatina

1 Repasse de recursos federais para APAE, contrariando a Lei 8.080*90 (SUS)

2 Prefeitura não efetiva contrapartida municipal para programa Farmácia Básica

3 Obras da Fundação Nacional de Saúde não executadas

4 Computadores do Programa de Inclusão Digital não são localizados

11º Sorteio Marataízes

1 Ausência de comunicação aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais sobre as liberações de recursos federais

2 Prefeitura repassa indevidamente R\$ 140 mil do Programa de Atenção Básica (Ministério da Saúde) para hospital

3 Prefeitura não comprova despesas de R\$ 243,9 mil realizadas com recursos do Programa de Atenção Básica (PAB)

4 Prefeitura compra farelo de milho e paga alimentação e seguro de veículo com recursos da Saúde

5 Atraso na aquisição de equipamentos agrícolas e implantação de horta e viveiro

6 Alunos fora das condições de recebem benefício da Bolsa Escola

13º Sorteio Barra de São Francisco

1 Prefeitura não comprova despesas de R\$ 39 mil, com recursos da Saúde

2 Prefeitura compra televisão, fogão e computador com recursos da Saúde

3 Utilização indevida de recursos da Contribuição Financeira sobre Extração Mineral (CFEM) e pagamentos não identificados no valor de R\$ 10,1 mil

4 Falhas no funcionamento do Cons. Municipal de Saúde

5 Irregularidades em licitações para compra de medicamentos, no total de R\$ 74,6 mil

Fonte: Institutos de pesquisa

1 O fim do prefeito foi contratado pela para execução de obras

2 Estado e município não vêm efetivando a contrapartida do Programa Farmácia Básica

3 Falhas na execução de convênio com recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

4 Não recolhimento das contribuições previdenciárias

5 Aquisição de gêneros alimentícios sem licitações

6 Desvio de finalidade na aplicação de recursos

8º Sorteio Pedro Canário

1 Obra para a execução de uma barragem parada e prestação de contas vencida

2 Empresa vencedora de licitação em situação irregular no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

3 Falta de controle de estoque dos medicamentos e armazenagem imprópria

9º Sorteio Pancas

1 Galpão construído com verba do Ministério do Desenvolvimento Agrário está sem utilização

2 Recurso liberado pelo Ministério da Assistência Social para construção de creche não é utilizado

3 Pagamentos de benefícios por meio de cheques da prefeitura para débito direto em conta-corrente

4 Problemas na execução do Programa de Assistência a Projetos de Infra-estrutura, para fortalecimento da agricultura familiar

5 Repasse de recursos do Programa de Agentes Comunitários de Saúde para associação de moradores, contrariando a Lei 8.090*90

12º Sorteio Rio Bananal

1 Impropriedades na construção de um centro de convivência do idoso

2 Inobservância da exigência de frequência mínima para pagamento da Bolsa do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (Peti)

3 Prefeitura não comunica aos partidos e entidades a liberações de recursos federais

4 Galpão construído em 2003, com recursos Ministério do Desenvolvimento Agrário, de R\$ 280,9 mil, ainda não é utilizado

5 Prefeitura utiliza recursos do Programa de Atenção Básica (PAB) em despesas não previstas pelo programa: constatou-se que a prefeitura comprou medicamentos no valor de R\$ 63,2 mil para a farmácia básica com recursos do PAB. Ressalte-se que o Governo Federal já destina recursos exclusivamente para a compra de medicamentos

Desde o início do programa, 741 municípios já foram investigados. Desse total, 548 prefeituras tiveram problemas de aplicação de verbas federais.

Levantamento.

Os fiscais viajam aos municípios sorteados munidos de um levantamento prévio feito junto aos órgãos federais sobre os recursos repassados a cada região.

Prefeitos dizem que falhas foram revistas

O prefeito reeleito de Barra de São Francisco, Edson Pereira (PL), reconheceu falhas no funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, uma das irregularidades encontradas pela Controladoria-Geral da União (CGU).

“Aconteceu afastamento de uma equipe do conselho que fazia o trabalho, mas já foi corrigido”, disse. Em relação ao problema da falta de comprovação de R\$ 39 mil de recurso da saúde, o prefeito disse que o dinheiro “foi uma sobra”. “Sobrou recursos do programa, pois fizemos economia. Em vez de devolver ao Ministério da Saúde, é melhor gastar com as pessoas do município”, afirmou. Ele negou, entretanto, irregularidades em licitação para compra de medicamentos.

Já em Colatina, a procuradora-geral, Santana Benezoli, afirmou que o repasse de verbas do Programa de Atenção Básica (PAB) para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) foi uma sugestão do próprio Ministério da Saúde. “Isso ocorreu em outros municípios do Estado”, disse.

O ex-prefeito de Itaguaçu, José Hanstenreiter, disse que já apresentou sua defesa em relação a cada uma das irregularidades apontadas pela controladoria. “Os pontos levantados pela fiscalização já foram todos contestados”, garantiu o prefeito. “Estive inclusive no Ministério da Integração Nacional para levar um relatório explicando o que ocorreu”, disse. Em Itaguaçu, os auditores encontraram problemas na construção de casas populares.